

A dinâmica da produção do arroz em Ituiutaba (Minas Gerais, 1950-1970)

Eduardo Giavara

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Ituiutaba, MG, Brasil
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6311-9285>
E-mail: giavara@ufu.br

Resumo: O presente artigo visa fazer uma análise da produção do arroz no Triângulo Mineiro, em especial, no município de Ituiutaba, entre as décadas de 1950 e 1970, observando a dinâmica da produção agrícola e seu processo de modernização. A modernização da agricultura na região não foi um movimento pacificado, pois trouxe em seu cerne divergências com o pequeno agricultor, uma vez que o excluiu das novas práticas de manejo do solo e das novas formas de comércio. Essa pesquisa se norteou pela análise da formação histórica da região, perpassando por fontes clássicas dos viajantes do século XIX e estudos da Revista Brasileira de Geografia, o que permitiu entender a lavoura de subsistência, sua dinâmica produtiva e as redes de distribuição e, posteriormente, observar o discurso modernizador de setores da elite agrícola que defendem esse novo modelo de perfil mecanizado, latifundiário e com práticas de manejo baseadas na derrubada indiscriminada e no uso desmedido de venenos e pesticidas.

Palavras-chave: Alimentação; Agricultura; História Ambiental; Arroz; Ituiutaba.

The dynamics of rice production in Ituiutaba (Minas Gerais, 1950-1970)

Abstract: This article intends to analyze the rice production in the Triângulo Mineiro area, especially in Ituiutaba city, from the 50s through 70s, noting the dynamics of agriculture production and its modernization process. The farming modernization process was not a pacified movement as it brought about core disagreements with local farmers, keeping them at bay in the new soil management practices and new trading ways. This research was guided by the region's historical formation analysis, going through classic sources of travelers from the 20th century and the "Revista Brasileira de Geografia". These sources allowed the comprehension of subsistence farming, specifically its production dynamics and distribution network. Furthermore, it enabled the observation of modernization discourse coming from the agricultural elite, which defended this new model of mechanized farming, plantation system and aggressive soil management, based on forest depredation and non-measured use of venoms and pesticides.

Keywords: Alimentation; Agriculture; Environmental History; Rice; Ituiutaba.

Texto recebido em: 15/04/2019

Texto aprovado em: 27/05/2019

A proposta desse texto é fazer um estudo acerca da produção de alimentos, em especial, na região do Triângulo Mineiro, entre as décadas de 1950 e 1970, observando a transição da agricultura de subsistência para uma agricultura de

mercado, ou seja, entender e analisar como uma economia periférica do Triângulo Mineiro se inseriu na produção nacional de alimentos. Para essa análise, é importante fazer um estudo da produção de arroz na região e de como ela se insere na política nacional de abastecimento.

Os princípios norteadores deste percurso são: 1) as contradições intrínsecas no processo de produção agrícola brasileiro que conjuga um processo histórico de agricultura de subsistência, marcado pela precariedade da produção, e a tradicional agricultura de exportação, que privilegiava o mercado externo e colocava a produção de alimentos para o mercado interno em segundo plano; 2) as mudanças sociais e econômicas do período que refletiram diretamente na região, em especial, com as demandas de produção alimentícia e as relações de trabalho no setor agrícola, impulsionando uma nova dinâmica da lavoura para atender a um novo mercado consumidor.

Em meados do século XX, as mudanças na sociedade brasileira apontavam para uma nova dinâmica demográfica: a população urbana passou a ser numericamente maior que a rural, fenômeno impulsionado pelo rápido desenvolvimento econômico e industrial e pelas mudanças estruturais e jurídicas que estavam ocorrendo na agricultura e no uso do solo. Esse fenômeno impulsionou profundas transformações sociais que implicaram novas formas de consumo e sociabilidade. Segundo João Manoel, as mudanças não encontraram precedentes na história nacional, pois era uma sociedade em movimento, de homens e mulheres que se deslocavam de uma região para outra do país, buscavam novos horizontes e oportunidades, muitos eram expulsos de suas terras, movidos para a incipiente vida urbana, iludidos pela falsa idéia da qualidade de vida e de acesso a produtos e serviços distantes da vida rural. (MELLO, 1994, p. 574-575)

O espaço urbano representou, nesse momento, a oportunidade de milhões de brasileiros viverem em um lugar moderno, com acesso às comodidades e serviços que os países de primeiro mundo ofereciam, sonhavam com moradias dignas, acesso à escola, saúde, em adquirir tecnologias como a televisão, o telefone, a máquina de lavar, o fogão a gás e tudo mais que o dinheiro oferecesse. Esse modo de vida, que crescia e se fazia hegemônico nos grandes centros urbanos, possuía dinâmicas próprias, os padrões de consumo eram diversos dos das áreas rurais, impunham hábitos diversos, novas formas de alimentação e a aquisição de outros

gêneros de primeira necessidade. Entretanto o acesso a esse universo requeria renda, realidade distante de milhões de trabalhadores.

Em consonância com o cenário nacional, o Triângulo Mineiro foi parte desse processo de modernização do interior do país, pois oferecia, por um lado, terras de boa qualidade e clima ideal para agricultura e, por outro, uma região beneficiada pelos planos macroeconômicos do governo federal pós-segunda Guerra Mundial, aspectos que estimularam o desenvolvimento de setores como a infraestrutura rodoviária, a construção de hidrelétricas e o investimento em setores da agropecuária. A construção de Brasília conferiu à região uma posição estratégica na economia regional, articulando as regiões centro-oeste e sudeste e tornando-se, nessa conjuntura, grande fornecedora de alimentos como carne fresca, derivados de leite e grãos, especialmente milho e arroz (item de maior relevância da economia regional) para o abastecimento de São Paulo capital e do interior, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Contudo, as contradições desse processo de modernização deixaram marcas profundas na região revelando o lado mais perverso dessa exploração.

A fronteira agrícola do Triângulo Mineiro

Geograficamente, o Triângulo Mineiro se distribui em uma região muito rica em rios e cuja qualidade das terras é riquíssima. O território é limitado por dois grandes rios – ao norte, o Paranaíba e, ao sul, o Grande – que dão origem ao Rio Paraná.

A posição também confere um clima muito próximo ao das áreas do planalto central com um verão chuvoso e um inverno de seca e a vegetação varia de matas de galeria a grandes áreas de cerrado. O baixo regime de chuvas combinado com a qualidade do solo de cerrado não era visto como propícios à agricultura, técnicos agrícolas argumentavam que qualidades fisioquímicas eram inviáveis para uma agricultura de grandes proporções. Entretanto, nas últimas décadas, o problema tem sido suplantado com a aplicação de insumos químicos e o manuseio adequado do solo, o que tem permitido a expansão do agronegócio na região.

Desde a colônia, a região foi rota de passagem de bandeirantes e viajantes entre a capital paulista e as minas de ouro de Goiás e historicamente a economia esteve a ligada à agricultura de subsistência, pois a densidade populacional,

composta por uma população que se distribuía entre tribos indígenas e outras poucas cidades que se destacaram durante o período colonial, nunca foi relevante.

Na passagem do período colonial para o uso mais extensivo do solo, com a agricultura e a pecuária, os indígenas foram dizimados, restando poucos registros dessa história. No século XX, o cenário da ocupação se modifica em virtude dos vários processos de interiorização da economia do país, mas, sobretudo, a construção de Brasília foi:

fundamental para justificar um conjunto de investimentos de infraestrutura (energia, transportes, comunicações, armazenamento etc.) que posicionaram a região numa localização estratégica de integração da industrialização de São Paulo com a expansão dos mercados interioranos. Vale ressaltar que este processo foi acompanhado por um intenso êxodo rural, o qual caracterizou a dinâmica populacional brasileira nas décadas de 1950 e 70. (GUIMARÃES, 2010, p. 28)

Ainda no século XIX, há os primeiros relatos da exploração agrícola, cujo padrão se repetia por quase todo o território brasileiro, desenvolvida a partir da diáspora populacional da mineração. A esse fenômeno Antonio Cândido classifica de “agricultura rústica, de subsistência ou caipira”¹ que, de modo geral, era desenvolvida por homens livres distribuídos na vastidão do sertão e que, em alguns casos, tinham um vínculo precário com a terra, pois não possuíam os títulos de propriedade e sempre eram colocados à mercê dos interesses de latifundiários.

Nesse cenário, o trabalho na terra era essencialmente familiar, pois sempre plantavam o necessário para alimentar os membros da casa e para criar alguns animais, que podiam ser usados no trabalho cotidiano ou na alimentação. Via de regra, eram produzidos alguns excedentes agrícolas ou de animais, em geral usados na troca por sal, pólvora ou qualquer outro gênero nas feiras regionais. O uso da terra e das técnicas agrícolas eram limitadas, pois viviam e objetivavam apenas o consumo familiar e a exploração em larga escala, implicando no aumento da exploração do território, mais horas de trabalho e um local para vender o excedente. Para além da vida nuclear da família nas comunidades caipiras havia laços de solidariedade entre os grupos familiares, permitindo a elaboração de trabalhos mais complexos como plantio ou a construção ou reparo de alguma estrada ou moradia. (CANDIDO, 1977, p. 82-85)

No Triângulo Mineiro, as propriedades agrícolas estabelecidas no século XIX eram rústicas e exploravam, em sua maioria, a criação de gado e cultivam grãos

como milho e arroz para o consumo da família. O excedente era feito com a criação de animais e era vendido em feiras na cidade de Formiga ou São João Del Rey (LOURENÇO, 2005, p. 184). Em Paracatu, Saint-Hilaire (1937) observou que as terras servem “todas as culturas. A cana de açúcar, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca aí se desenvolvem igualmente bem. Como nas outras partes da província das Minas, semeiam-se duas vezes em seguida os terrenos virgens”. Em visita em uma fazenda na região de Araxá, nota que a rusticidade ia além da produção, pois a propriedade:

compunha-se dum paiol e de uma miserável choupana onde o vento penetrava por todos os lados e não tinha outros moveis além de alguns desses leitos rústicos a que já me referi. Era lá, entretanto, que um dos filhos do proprietário da Fazenda Quebra Anzol morava ordinariamente com sua mulher, e essa fazenda não tinha menos de 9 léguas de extensão. (...) Excetuando o sal e alguns negros que lhes dão um juro razoável, não têm, por assim dizer, nada a comprar, e, por outro lado, vendem certamente muito gado, pois que, depois do distrito de Rio Grande, é este que mais o fornece a capital do Brasil. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 215-216)

Na década de 1930, a Crise da Bolsa de Nova Iorque exerceu papel fundamental nos rumos da agricultura brasileira, em especial nas regiões sul e sudeste, pois colocou em declínio a monocultura cafeeira e abriu espaço para diversificação e a especialização dos produtos agrícolas, de tal maneira que a agricultura de subsistência ou caipira foi sendo superada por aquelas mais especializadas. A decadente cafeicultura e o crescimento dos centros urbanos foram elementos fundamentais para a mudança econômica, o novo panorama demandava mais alimentos, exigindo, sobretudo das áreas típicas de pequenos agricultores, novas formas de exploração e uso do solo, obrigando-os a diversificarem, especializarem e estarem prontos para o abastecimento.

Assim, sob a tutela de Vargas houve um revigoramento das colônias, principalmente aquelas de base imigrante, da região sul e sudeste do país, pois o sistema pretendia conjugar o trabalho de colonos em pequenas propriedades com as fazendas de café, sanando a necessidade de mão-de-obra do latifúndio e estimulando a produção de alimentos para atender o abastecimento. Portanto, na medida em que o café caminha para o oeste, as “velhas” regiões abandonadas pelo cafeicultor são apropriadas em benefício do sistema de colonato. Esse retalhamento reafirma as condições em que se processa o desenvolvimento do capitalismo no

Brasil, na medida em que recoloca a importância da terra como meio de produção fundamental e retira a produção alimentar e de abastecimento da marginalidade.

Em São Paulo, o parcelamento se tornou uma dupla saída: para as regiões esgotadas pela cafeicultura as terras eram vendidas para os núcleos imigrantes, entretanto, em outras regiões de exploração mais recente, optava-se por parcelar uma pequena parte da propriedade como forma de solucionar as seguidas crises do café. O parcelamento servia aos menos abastados como possibilidade de formação de capital e/ou atração de mão-de-obra para a lavoura. O fato é que, em ambos os casos, foi possível o parcelamento do solo em pequenas propriedades, o que possibilitou o desenvolvimento e o fortalecimento do interior do estado, e, conseqüentemente, a diminuição das lavouras cafeeiras, abrindo espaço para uma exploração agrícola de modelo familiar, baseada na produção de gêneros alimentícios que abasteceriam os grandes centros.

Com a Segunda Guerra Mundial, evidencia-se uma fase de transição da economia agroexportadora para uma economia urbano-industrial, pressionando a formação de mercados regionalizados, em especial, na região sudeste. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 107)

Na década de 1940, as transformações na economia nacional e o descompasso com a realidade paulista encorajaram a elite agrícola do Triângulo Mineiro a franquear mudanças importantes para dinamizar a produção agrícola, entretanto ainda persistiam diferenças profundas na vida social e econômica que, conseqüentemente, repercutiam nas práticas agrícolas. Naquele momento, para que a ocupação agrícola se efetivasse no Triângulo Mineiro, típica área de cerrado, eram necessárias técnicas e insumos agrícolas mais aprimorados para o manuseio do solo, no entanto as necessidades iam de encontro à realidade, como assegura Faissol,

A maior parte da população rural é analfabeta, não possui nenhum conhecimento de agricultura que lhe permita adotar métodos de utilização da terra. Habitados apenas ao sistema tradicional de agricultura luso-brasileira de rotação de terras queimadas, esta população está agora aplicando o mesmo sistema em uma das últimas áreas de floresta tropical de extensão razoável. (FAISSOL, 1957, p. 24)

Para ele, a agricultura praticada no Triângulo Mineiro era a mesma do típico trabalhador rural brasileiro em que as práticas mantinham uma forte herança

colonial, situação que ele entendia como prejudicial ao ecossistema do cerrado. Assim, descrevia:

Tal sistema consiste na derrubada de certa área, feita com o auxílio exclusivo de machado e foice (...) queima parte da matéria orgânica do solo, privando-o de início de uma apreciável parte de sua riqueza original. (...) O único instrumento de auxílio é uma enxada ou uma plantadeira manual e, em geral, faz-se uma roça de arroz ao lado de uma outra de milho e feijão juntos; (...) A área derrubada é em geral de 3 a 5 hectares, de onde o lavrador tira alimento suficiente para a família e algum arroz para venda e obtenção do mínimo de suas necessidades não alimentares. (...) planta na mesma terra, sem adubá-la, sem protegê-la contra a erosão acelerada, ao longo das encostas mais íngremes, até que um dia os rendimentos se tornem insuficientes para manter a mesma produção (...) Daí ele planta capim e inicia o ciclo em outra parte se se trata de agregado em terras de grande fazendeiro de gado ou emigra para novas áreas florestais. Desta maneira, o agricultor brasileiro tem efetuado a tão decantada marcha para o oeste (...) este sistema agrícola pode ser classificado como superesgotante ou simplesmente extrativo, pois a terra não é cuidada e maneira alguma. Ela é o mais barato dos três fatores da produção: capital, trabalho e terra - daí o uso extensivo que dela se faz. (FAISSOL, 1957, p. 9-10)

Ele assegura que era evidente que o sistema produtivo carecia de adaptação às mudanças da economia brasileira e que o modelo agrícola mais adequado, naquele momento, demandaria outra realidade: era necessário se modernizar, por isso, acrescenta que

188

Por quatro séculos, a agricultura brasileira tem-se restringido às áreas de floresta tropical, mas, agora chegou o momento em que esta floresta, em áreas ainda disponíveis e acessíveis, já não deve mais ser usada para continuação da expansão agrícola. O problema agora é o de decidir sobre a conveniência de se tentar um rejuvenescimento da agricultura nas áreas florestais devastadas ou a utilização agrícola do campo cerrado. Nesta parte do Planalto Central, em que estes dois tipos de vegetação se interpenetram, o desenvolvimento do povoamento mostra a experiência da utilização da terra em ambas as áreas. (FAISSOL, 1957, p. 7)

Nas suas palavras, fica evidente que era preciso outro modelo de agricultura, mais intensiva, com tecnologia e maquinário, situação que impactaria diretamente o uso do solo e as relações de trabalho à medida que seria necessário uma mão-de-obra mais especializada, ou mesmo não seria tão necessária. Ao fim, argumenta que a ciência poderia dizer, de fato, como seria otimizado o território com a exploração agrícola. (FAISSOL, 1957, p. 7-8).

Outro geógrafo, Leo Waibel, que à época estudava as condições de produção, acrescenta que a agricultura em terras de cerrado mudaria por completo as condições sociais e econômicas do Planalto Central e, portanto, do Triângulo Mineiro, de tal modo que seria “necessária uma mudança total dos métodos agrícola, uma mudança da agricultura nômade para a permanente, da cultura da enxada para cultura do arado e da rotação de terras para rotação de culturas”. (WAIBEL, 1948, p. 364)

O fato é que, no momento que Esperidião Faissol escrevia os resultados de seus estudos, na década de 1950, a região do Triângulo Mineiro vivia um dos momentos mais prósperos de sua história: as mudanças já apontadas aqui tornavam a região importante no desenvolvimento da agricultura nacional, pois havia, nesse novo contexto, a necessidade de um modelo de lavoura para o abastecimento do mercado interno. Materializa-se, portanto, as condições econômicas e sociais para que a lavoura de arroz tornasse a região próspera.

Da subsistência ao mercado de abastecimento

Desde o período colonial, a cultura do arroz esteve presente na história do Brasil e sua chegada em terras brasileiras provavelmente está ligada ao ciclo das navegações, que aportavam no Brasil e rumavam para as Índias ou para Portugal. Há registros de lavouras em vários relatos de viajantes que presenciavam o grão e a lavoura incorporada no cotidiano de famílias tanto pobres quanto ricas. Contudo, o cultivo se insere no quadro geral de abastecimento alimentar da história brasileira e sua história pode ser compartilhada com a do milho, da mandioca, do feijão e de tantos outros alimentos plantados para a alimentação humana e de seus animais de criação.

Historicamente, as bases de desenvolvimento da agricultura nacional sempre se assentaram em atender o mercado exportador, tanto que os vários ciclos econômicos como do açúcar, café, fumo e outros colocaram a produção de alimento como uma atividade de subsistência exercida no interior das lavouras de monocultura por homens livres, caipiras, caboclos que nunca gozaram de *status* financeiro e nem técnico e cujas bases produtivas eram precárias e, em alguns casos, altamente degradantes. Foi somente após a segunda guerra mundial, com a mudança estrutural da economia agroexportadora para a urbano-industrial, é que o

país irá implantar políticas macroeconômicas a fim de se atender o mercado do abastecimento alimentar. Segundo Lemos (1977),

com desmobilização apenas parcial da lavoura cafeeira, estabeleceu-se um novo marco regional de divisão de trabalho agrícola, especialmente no tocante à produção alimentar. Com efeito, ao estabelecer-se, por um lado, um surto de crescimento e a ampliação dos mercados urbanos, e por outro, ao desmobilizar-se parcialmente a atividade cafeeira, isto é, ao suprimir-se com tal desmobilização uma parte da produção de alimentos anexa e/ou intercalar criou-se ao mesmo tempo um novo e inesperado processo entre o hiterland e os mercados urbanos em ampliação. Esta nova relação fez com que a primitiva produção agrícola do hiterland – até então um simples complemento de subsistência da criatória – passasse a ter um valor comercial. (LEMOS, 1977, p. 19-20)

Foi efetivamente a partir do Governo de Eurico Gaspar Dutra que a alimentação passou a compor a agenda oficial do governo através do Plano SALTE, de 1948, o qual atendia as áreas de saúde, alimentação, transporte e energia, e, posteriormente, o Plano de Metas, de 1956, do governo Juscelino Kubistchek². Em ambos os planos, a formação de políticas nacionais se inspirou em programas internacionais de combate à fome, de tal modo que tinham como objetivo tornar o abastecimento uma política de estado. Para tanto, essas ações se materializariam em investimentos para financiar as lavouras, compra de maquinário, melhoria das sementes e insumos agrícolas, garantia de preços mínimos, estocagem e transporte até o consumidor final.

Segundo Guilherme Delgado,

a pequena produção de alguns alimentos, em conjunção com as deficiências do sistema de abastecimento, pressionava os preços por atacado de produtos agrícolas, que chegaram-se a elevar acima do Índice Geral de Preços (IGP) durante cinco anos sucessivos: 1960/64. O Governo Federal armou-se de legislação e instrumentos extraordinário para enfrentar as crises de abastecimento do período. Reorganizou seu setor público agrícola – criando a COBAL, Companhia Brasileira de Alimentação e a CIBRAZEM, Companhia Brasileira de Armazenamento –, e ainda reforçou o papel centralizador e controlador e fiscalizador da SUNAB, mediante draconianas Leis Delegadas sobre preços e estoques. Foi também acionada no período a política de garantia de preços mínimos para estimular a produção de arroz e milho. (DELGADO, 2002, p. 217)

Entre 1940 e 1960, nessas políticas de governo, a cultura do arroz encontrou acolhimento suficiente na região do Triângulo Mineiro para prosperar. Fatores como a proximidade com o estado de São Paulo, o clima com chuvas regulares e terras

férteis à rizicultura foram fundamentais. Várias cidades como Araguari, Nova Ponte, Uberaba, Uberlândia, Conceição das Alagoas, Capinópolis e Ituiutaba viveram uma relativa riqueza e despontaram como centros econômicos regionais, criando um sentimento positivo na população e melhorando a infraestrutura urbana e a malha rodoviária. No entanto, o sucesso da lavoura e o aprimoramento técnico conviveram com os pequenos agricultores de subsistência que se dividiam em atividades agrícolas com a criação de gado, porcos e pequenos roçados de milho ou arroz.

Em 1950, a geógrafa Ruth Matos Simões, pesquisadora do Conselho Nacional de Geografia, observava que a

cultura do arroz nessa zona vem-se desenvolvendo dia a dia. (...) As terras novas estão sendo atacadas, as florestas derrubadas, cedendo lugar aos arrozais, que aparecem como cultura pioneira nas antigas regiões de matas, ou mesmo nas zonas anteriormente transformadas em invernadas. (SIMÕES, 1950, p. 273)

Em Ituiutaba, a realidade local pode ser percebida na pesquisa de campo realizada pelo pesquisador Cláudio Yokomizo que, à época, observou que a abertura de novas terras era realizada por contratos de parceria em 81% das propriedades e o arroz era plantado por três anos nessas áreas, mas, nos anos seguintes, a produtividade diminuía forçando a abertura de novas terras. O parceiro, via de regra, era o imigrante estabelecido em propriedades grandes que, nos primeiros anos, vinham de São Paulo e de outras regiões de Minas Gerais. Nas décadas seguintes de 1960 e 1970, os nordestinos passaram a ser presença constante nas lavouras, em especial, como assalariados. Nas propriedades em que o parceiro não se fazia presente, apelava-se ao trabalho familiar dominando todo o processo produtivo do plantio a revenda do produto final ou, quando necessário, ao assalariado, dependendo do serviço. (YOKOMIZO, 1967, p. 57)

Ruth Simões adverte que parte significativa da produção era realizada de modo empírico fato que conduzia ao rápido esgotamento do solo e, segundo dados colhidos por Yokomizo, é possível comprovar esse processo com números relativos à produção por hectare (ha) colhidos entre 1961 a 1964, os quais mostraram que, em Ituiutaba, a produção de arroz caiu, respectivamente, de 1.517 kg/ha para 1.299 kg/ha.

A partir do dado é possível deduzir que se reproduziram na região formas históricas de aproveitamento do solo, as quais levaram à sua rápida exaustão e, por

isso, partia-se para abertura de novas terras deixando um rastro de solo esbulhado que serve apenas para pasto.

Em geral, os contratos de parcerias se destinavam aos serviços de aração, gradagem, plantio e colheita, que era de responsabilidade do fazendeiro, incluindo também as despesas com sementes e imunização, quando empregada. O custo do adubo, se necessário, era dividido por ambas as partes. Ao parceiro cabia o serviço de limpeza que usualmente consistia em duas passagens de carpideira e duas limpas com enxada ao ano. Ao fim da safra, cabia ao proprietário 75% da produção e ao parceiro, 25%.

A partir da década de 1970, após a implantação das políticas públicas modernização no campo e de financiamento e aprimoramento técnico, houve um avanço do arrendamento como forma de uso do solo, era um contrato no qual uma pessoa (arrendador) se comprometia a ceder à outra (arrendatário) o uso de um imóvel rural por tempo determinado ou não. No Censo Agropecuário de 1970, constava que havia no município de Ituiutaba 371 estabelecimentos agrícolas trabalhando em regime de arrendamento numa área total de 40.249 hectares, demonstrando os efeitos da valorização do novo modelo de agricultura, voltado à busca de avanços no manejo das culturas, pois a maioria dos arrendatários trazia consigo a mentalidade da inovação tecnológica no campo e no uso das garantias proporcionadas pelo governo federal.

Embora apresentem alguns aspectos similares, o arrendamento e a parceria são contratos distintos, no primeiro, o montante a ser pago pelo arrendatário é fixado em dinheiro ou produto e ele assume praticamente sozinho todos os custos e os riscos do processo produtivo, quase sempre custeando todo o investimento inicial. Ele é o capitalista, enquanto o proprietário é o rendeiro, sendo que o lucro cabe, assim, ao arrendatário e a renda fundiária ao proprietário rural. Já na parceria, o produtor recebia uma parte (meia, terça ou quarta) da produção obtida, proporcional à mesma, sendo que os riscos são assumidos por ambos contratantes. Em ambos os contratos, o que fica claro é que a região foi submetida a um intenso ritmo de ocupação, o que contribuiu para que cidades como Uberlândia e Ituiutaba se firmassem como polos econômicos.

Para além dos aspectos de uso do solo o tipo de arroz que predominava na região foi o Guaira e o Pratao³ - ambos sequeiro, próprios para terras altas – que eram cultivados por um ou dois anos, em áreas desmatadas e com boa camada de húmus, com baixo índice tecnológico, sem escolha de semente e sem adubagem

química, uma “cultura nômade”, principalmente na região do cerrado brasileiro. Condição que fez do arroz uma cultura que caminhou no Triângulo Mineiro e, em meados da década de 1940, fez prosperar cidades como Uberlândia e Araguari e, na década de seguinte, foi transferida para Ituiutaba e Capinópolis, em ambos os lugares o que se viu foi a derrubada de florestas e o esgotamento dos solos.

A seca prolongada obrigava o plantio em época que coincidia com o período chuvoso propício à floração e ao enchimento do grão e a colheita coincidia com o período de seca que ajudava no processamento do grão para o consumo. O plantio das primeiras lavouras começava em meados do mês de novembro e podia se estender até o dia dezembro, dia Santa Luzia, quando se anunciavam as primeiras chuvas. A preparação do solo era feita em covas ou linhas, com as sementes distribuídas em filetes contínuos e os pequenos e até médios produtores utilizavam a matraca como instrumento de plantio, mas, nas propriedades maiores, existia a plantadeira de tração animal ou, em poucos casos, o trator. (CHAVES, 1985, p. 53)

A colheita, que se estendia de março a maio, era feita manualmente, cacho a cacho, com o uso da foice, a batidura acontecia no local, os grãos mais precoces eram muito úmidos, conseqüentemente mais pesados, desvalorizados e sujeitos a deterioração, situação que implicava a secagem, a colheita mais tardia implicava o amadurecimento do grão no pé, ocasionando à perda do grão ainda na lavoura. Quanto a secagem do grão era uma atividade que requeria áreas abertas, ventiladas e com muito sol e, em alguns casos, a produção era disposta nas ruas para que pudesse secar.

Após a colheita, começam as negociações para a venda do produto, momento que implicava a relação entre produtores, comerciantes, atravessadores e proprietários das máquinas de beneficiamento. A chegada na máquina de beneficiamento dava início ao processo, o primeiro passo era a limpeza inicial e a retirada das impurezas maiores para um posterior descascamento do grão, em seguida, acontecia a brunição, em que o arroz se divide entre o integral, o farelo e o arroz branco e, por fim, a separação por tipo de arroz branco para o consumo. Segundo Yokomizo, havia uma rotina pré-estabelecida para a venda, na qual o produtor procurava os atacadistas:

Com a colheita terminada ou prestes a se findar produtores, portadores de amostra de seu produto, dirigem-se à cidade, onde se localizam os atacadistas. Após percorrer variadas firmas, onde seu produto é classificado e apreciado em cada visita, o produtor estará apto a escolher a melhor alternativa de venda. Casos existem em que

não se verifica este levantamento, encaminham-se a produção a uma única empresa, por um vínculo pré-existente. (YOKOMIZO, 1967, p. 70)

Depois de decididas as condições de venda, a produção era transportada até a firma compradora e pesada e, caso estivesse muito úmida, iria primeiro para os secadores e depois se daria a pesagem, processo que nem sempre contava com equipamentos apropriados, por isso era necessário colocar o arroz na rua, espalhando durante o dia e recolhendo à noite.

A relação com os atacadistas era muito complexa e avançava além da compra e venda do produto, em geral essas empresas funcionavam como beneficiadoras, armazenadoras e, muitas vezes, garantidoras de empréstimos que produtores faziam junto aos bancos, formando assim uma rede de relação produtor-comerciante bastante consistente. Também era comum que os atacadistas atuassem como credores dos produtores, fornecendo sacarias, condições facilitadas de armazenamento, pagamento de frete e até, esporadicamente, ajuda monetária. Cabia à empresa beneficiadora cobrar um determinado preço pelo serviço ou descontar uma percentagem no produto a título de pagamento. Convencionalmente estipulou-se algo em torno de 37% do total beneficiado. Havia ainda os subprodutos resultantes do processo industrial de beneficiamento do arroz: o farelo e a quirera, também colocados à disposição dos produtores, que os compravam, entre outros fins, para a alimentação de animais. (YOKOMIZO, 1967, p. 67)

No início da década de 1960, a cidade de Ituiutaba viveu um excelente período com a exploração do arroz, a economia local experimentou um rápido crescimento proporcionado pelo incremento do crédito, maiores prazos de quitação das dívidas e uma declarada política de mecanização do campo que se estabeleceu com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek. Na mesma medida, o comércio local se expandiu com lojas dos mais variados tipos, concessionárias de automóveis, caminhões, tratores e maquinário agrícola. SILVA (1997) demonstra que o município vivia seu apogeu na produção agrícola, crescia e tinha todo um direcionamento de práticas sociais e econômicas voltadas ao suprimento das necessidades de beneficiamento e venda dessa safra:

No início da década de 1950 existiam três máquinas de beneficiar arroz em Ituiutaba. Apenas três anos depois já eram quase quarenta e muitas estavam em fase de montagem. Na época das safras as ruas eram tomadas por filas quilométricas de caminhões que esperavam para descarregar. Muitas vezes, as sacas de arroz eram empilhadas

nas calçadas por falta de espaço nos armazéns e logo outros caminhões eram carregados para ir em busca dos trilhos da estrada de ferro e do mercado externo. (SILVA, 1997, p. 127)

A vida social não foi diferente, o período de riqueza proporcionado pelo arroz trouxe acesso a cinemas, livrarias, lojas de roupas e eletrodomésticos, automóveis e voos diretos para as principais capitais do país. A cidade atraiu milhares de trabalhadores para a agricultura, novos bairros foram abertos e, aos olhos do cidadão comum, a cidade se modernizava. Os jornais locais, empolgados com a euforia econômica, passaram a nomear a cidade como “a Capital do Arroz”, epíteto muito bem aceito pela sociedade tijuicana, pois criava um sentimento positivo que associava a cidade à modernidade e a um futuro melhor, não obstante a propaganda serviu para mascarar problemas sociais, como a urbanização precária, infraestrutura restrita à área central, bairros periféricos, onde moravam os trabalhadores, distantes do centro comercial com ruas sem asfalto, sem energia elétrica ou rede de esgoto.

Esse período áureo da produção agrícola no Triângulo Mineiro é um capítulo ainda obscuro da história da migração dos nordestinos, que vinham, atraídos pela sedutora ideia de riqueza ou fugindo da expulsão da terra, da seca e da pobreza, para suprir a necessidade de mão-de-obra barata para a lavoura. O fluxo migratório era garantido pelos donos de “paus-de-arara” que iam em regiões do nordeste, ofertavam as vagas de serviço apresentando ganhos excelentes e condições de vida melhores daquelas vividas no sertão. Ao final da viagem, o que conseguiam eram uma dívida com o dono do caminhão e, mais adiante, outras contraídas para manter o sustento. O resultado era muitos trabalhadores endividados que, antes mesmo de começarem a trabalhar, acabavam abandonados à própria sorte, sem salários ou condições mínimas de subsistência, resultando, em alguns casos, em situação de escravidão ou mesmo em condições péssimas de trabalho em lavouras muito distantes da cidade.

Segundo uma edição tendenciosa do jornal O Globo, que procurava mascarar o trabalho escravo na região, a enorme distância da lavoura da cidade de Ituiutaba impunha ao trabalhador nordestino um confinamento que só teria fim depois de quitado seus débitos com o patrão e, quando na cidade, ele gastaria seu dinheiro com “radinhos de pilha”, sugerindo que o trabalhador carecia de discernimento para usar o dinheiro. (PINTO; CONTRERAS, 1968a, p. 32)

As denúncias dos lavradores acerca das condições de trabalho, sempre eram recorrentes, tanto que, em outro artigo do jornal O Globo, a cidade ganhou destaque nacional com a matéria que relembra um histórico de escravidão desde o ano 1938, a exemplo do caso da Fazenda das Flores, próxima a Monte Alegre de Minas. A matéria não apresenta um caso concreto, no entanto, argumenta que o delegado e o secretário mineiro de segurança se esforçaram para abrir as investigações, mas não houve nada de conclusivo. (PINTO; CONTRERAS, 1968b, p. 13) Segunda Dalva Maria de Oliveira Silva, em entrevista com trabalhadores nordestinos que viveram no período, é possível identificar a relação de exploração trabalhista a que eram submetidos:

certos motoristas proprietários de caminhões contratam os agricultores ou fazendeiros, determinado número de homens para o trabalho, combinando previamente o preço e o prazo de entrega da mercadoria. Isto feito rumavam para o norte do país (...) uma vez ali 'pintavam' para os locais, um quadro paradisíaco de sua terra, um paraíso, um mundo encantador, como um conto da carochinha, (...) Se eles quiserem ir aos seus lugares estão reservados. A viagem será inteiramente custeada pelo dono de caminhão. O pobre nordestino (...) impressiona-se facilmente com a descrição espetacular que lhe faz o aliciador, tornando-se presa das mais dóceis nas mãos do novo protetor. (SILVA, 1997, p. 34)

Frente às péssimas condições, houve a intenção dos nordestinos de combater situações de escravidão e as péssimas condições de trabalho e, para tanto, organizaram-se na criação de uma associação que pudesse combater os excessos de fazendeiros e comerciantes que empregavam esses trabalhadores. A associação classista se encarregou de promover a integração da comunidade e, quando necessário, denunciar ao juiz local as péssimas condições dos trabalhadores, no entanto, não tardou para que a classe política vislumbrasse nesses movimentos populares uma ameaça à ordem, com a ditadura instalada passa a cassar sua atuação e reprimir seus integrantes.

O processo de ocupação do Triângulo Mineiro pela agricultura de caráter mais mercantil produziu um rápido processo de exploração e de riqueza na região, ajudou na abertura e na consolidação da ocupação do Planalto Central e trouxe para a região benefícios da modernização nacional como a construção da infraestrutura rodoviária e urbana e de hidrelétricas. No campo, as transformações da agricultura também ocorreram e a experiência serviu de base para a criação e o aprimoramento de técnicas próprias para as áreas de cerrado, o aperfeiçoamento de

sementes e a aplicação de insumos químicos na correção do solo, além de fomentar a criação de agências de pesquisas fundamentais para a elevação da qualidade da agricultura na área de cerrado. A grande extensão agricultável também implicou na criação de uma moderna indústria de equipamentos como tratores, colheitadeiras e sistemas de irrigação altamente complexos.

No entanto, o sucesso técnico e financeiro não foi o mesmo no desenvolvimento social e ambiental, resultando desse período uma intensa ocupação das melhores áreas de floresta do Triângulo Mineiro, sudoeste goiano e Mato Grosso, cujas matas foram derrubadas indiscriminadamente, momento documentado fartamente pela Revista Brasileira de Geografia e pelos pesquisadores como Leo Waibel, Espiridião Faissol, Ruth Almeida Simões entre tantos outros do Conselho Nacional de Geografia.

Na agricultura, é certo que se houvesse o manejo mais adequado e a aplicação de técnicas mais atualizadas possivelmente teríamos ocupado uma área menor e usado menos os recursos. Acompanhadas pelo dano agrícola também vieram as construções de barragens que destruíram paisagens de beleza única, soterraram sítios arqueológicos, deslocou populações e provocou danos ambientais irreparáveis nas bacias hidrográficas do Rio Paranaíba e Rio Grande, o que poderia ter sido amenizado com a aplicação de engenharia e tecnologias, talvez mais caras, mas de resultados sociais muito mais eficientes.

Em 1972, se consolidou o projeto agrícola para área de cerrado com as políticas em torno do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e, posteriormente, a criação do Polocentro, em 1975, destinado exclusivamente a atender ao centro-oeste brasileiro, aprofundando o processo de ocupação agrícola e a destruição do meio ambiente do Triângulo Mineiro. (SALIM, 1986, p. 314-324)

A rápida expansão da lavoura trouxe em seu bojo as contradições de um país subdesenvolvido que colocou a maioria desses trabalhadores em situações precárias e até mesmo de escravidão, quadro trágico e desumano da migração interna no país. A realidade de Ituiutaba foi a mesma de muitos outros municípios que viveram a euforia com o rápido crescimento econômico e, em seguida, amargaram a queda da produção e do dinheiro, empurrando grande parte dos trabalhadores rurais para bairros periféricos do espaço urbano, extremamente precários, sem infraestrutura básica. Os lucros e benefícios que chegaram na cidade não foram usufruídos por muitos, o que houve de fato foi uma brutal

concentração de capital nas mãos de poucos e obrigou a parcela mais pobre da sociedade a continuar na miséria e no abandono.

NOTAS

1. O Conceito de agricultura rústica apresentada aqui é baseada no estudo realizado por Antonio Candido, na qual ele entende que era o trabalhador rural atrelado a um sistema agrícola rudimentar nas técnicas e manejo do solo. O sistema produtivo se restringia ao próprio consumo, com poucos excedentes para o comércio.
2. A construção de silos foi a meta de número 14 do Plano de Metas, que previa a construção de silos com capacidade para receber 742 mil toneladas de grão, ao final do governo de Juscelino Kubistchek foi 76,7% do resultado pretendido. Em Minas Gerais a meta 14 se materializou com a criação da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, em 1957, que tinha o papel de atender o setor de silagem e armazenamento de grãos. (FARO; SILVA, 2002. p. 67-105)
3. A classificação de arroz é algo complexo, pois há uma forma popular de classificação e outra mais técnica, baseada nos atributos biológicos, localmente antigos agricultores usam as mais populares. No entanto, usaremos as qualidades de arroz descritas se baseiam nos estudos de Clando Yokomizo, vale lembrar que a Embrapa atualmente possui outra classificação de arroz. (YOKOMIZO, 1967, p. 60)

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 24.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- CHAVES, Petrônio. *O vale da fartura*. Ituiutaba, MG: Edição do Autor, 1985.
- DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrícola no Brasil: 1930-1980. In. SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 209-226.
- FAISSOL, Esperidião. O problema do desenvolvimento agrícola do Sudeste do planalto central do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 3-66, 1957.
- FARO, Clovis; SILVA, Salomão L. Q. A década de 1950 e o programa de metas. In. GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 67-105.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GUIMARÃES, Eduardo N. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia, MG: Edufu, 2010.
- LEMONS, Mauricio Borges. *Um estudo comparativo sobre as formas de organização da produção de arroz no Brasil (1950/1970)*. Campinas. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia, MG: Edufu, 2005.

NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel C. D. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PINTO, Carlos; CONTRERAS, Luis. Ituiutaba quer se livrar da pecha de escravagista. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 32, 23 jul. 1968b.

_____; _____. Nordestinos criam entidade contra o trabalho escravo. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 32, 29 jul. 1968a.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem as nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. São Paulo. Nacional, 1937.

SALIM, Celso Amorim. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrado no Brasil: Avaliação e perspectivas. *Caderno de Difusão Tecnológica*, Brasília, v. 2, n. 3, p.297-342, 1986.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória, lembrança e esquecimento: trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960*. São Paulo. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade de São Paulo.

SIMÕES, Ruth Matos Almeida. Distribuição da produção do arroz no sudoeste do planalto central. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.101-116, 1950.

WAIBEL, Leo. A vegetação e o uso da terra no planalto central. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.3-64, 1948.

YOKOMIZO, Clando. *Produtores, atacadistas e a comercialização do arroz e milho no município de Ituiutaba 1965/1966*. Viçosa, MG, 1967. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

Eduardo Giavara é Professor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia, câmpus do Pontal, em Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. Graduado, Mestre e Doutor em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Assis, em São Paulo.

Como citar:

GIAVARA, Eduardo. A dinâmica da produção do arroz em Ituiutaba (1950-1970). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 182-199, jan./jun. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.